



**18ª REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

DECLARAÇÃO FINAL

(Maputo, 27 a 29 Abril de 2016)

Nos termos do estabelecido na Declaração Final da 17ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CEMGFA/CPLP), a 6 e 7 de maio de 2015, em Luanda, realizou-se em Maputo a 18ª Reunião dos CEMGFA/CPLP, com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Participou como convidado o Director do Centro de Análise Estratégica (CAE), Tenente-General Luís Diogo de Carvalho e a representante do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Maria Leticia Bairrada.

Antes do início da reunião, os Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (e os restantes Delegados) deslocaram-se ao Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, onde receberam as Honras Militares e as saudações de boas-vindas.

De seguida, os Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas deslocaram-se ao Ministério da Defesa Nacional, onde foram recebidos em audiência de cortesia por Sua Excelência o Vice-Ministro da Defesa de Moçambique, Dr. Patrício José.

Na reunião, que decorreu no Hotel Radisson Blu em Maputo, teve lugar a Cerimónia de Abertura com a intervenção do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, General de Exército Graça Tomás Chongo, que no seu discurso referiu a honra que sentia em acolher este evento, congratulando-se pela presença de S. Exa. o Vice-Ministro da Defesa de Moçambique, Dr. Patrício José, nesta cerimónia de abertura. Depois de saudar todos os presentes, lamentou o regresso forçado do Chefe do



Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Major-General Alberto Carlos Barbosa Fernandes, decorrente do incidente de segurança ocorrido no seu país e que ainda de se encontra por esclarecer, desejando o rápido retorno à normalidade. O General Graça Chongo reafirmou ainda o comprometimento político-estratégico de Moçambique com a CPLP e a necessidade de reflectirmos em conjunto as melhores formas de enfrentar os desafios actuais, com novos actores, riscos e ameaças que extravasam os limites fronteiriços. De seguida convidou S. Exa o Vice-Ministro da Defesa a dirigir-se aos presentes.

Na sua intervenção, S. Exa. o Vice Ministro da Defesa de Moçambique, Dr. Patrício José, em representação do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, saudou cordialmente os presentes, em nome do Governo de Moçambique e em seu nome, desejando uma reunião coroada de êxitos. Referiu ainda a enorme expectativa sentida com este evento, particularmente pelo momento de instabilidade que Moçambique atravessa, causado pela acção armada verificada em alguns pontos do país. Este Fórum é o local de debate e partilha para aprofundar as questões relativas aos países e regiões, referindo-se a ameaças como o tráfico de droga, de seres humanos, a pirataria, a degradação ambiental, entre outros aspectos. Destacou também o seu interesse na análise da proposta de Declaração sobre mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes e desastres naturais, considerando não existir ainda um mecanismo de acção multilateral que permita às Forças Armadas contribuir para a estabilidade, caso se verifique um desastre ou catástrofe. Afirmou por fim o comprometimento de Moçambique na cooperação na área da Defesa, felicitou os Chefes de Estado-Maior do Brasil e de São Tomé e Príncipe, bem como o Tenente-General Luís Diogo de Carvalho pelos seus novos cargos, desejando-lhes os maiores sucessos, declarando então aberta a reunião.

Anexo A - Discurso de abertura do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Depois da foto de família assinalando a ocasião, o General Graça Tomás Chongo deu a palavra ao Presidente cessante, General de Exército Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da República de Angola.



O General Sachipengo Nunda saudou os seus homólogos e em particular o anfitrião, General de Exército Graça Chongo, pela forma acolhedora como os recebeu e criou as condições adequadas para a realização dos trabalhos. Felicitou o Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho pela sua recente nomeação para o cargo de Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Brasileiras, bem como as recentes eleições presidenciais em Portugal e legislativas em Cabo Verde. A título de síntese das principais actividades desenvolvidas desde a reunião de Luanda, de 6 a 8 de Maio de 2015, evidenciou a conjugação de esforços em torno de objectivos comuns relativamente a questões que constituem uma responsabilidade colectiva e requerem uma abordagem alargada e conjunta perante a diversidade dos riscos e a multiplicidade das ameaças assimétricas. Destacou alguns dos assuntos na agenda da reunião de Luanda, nomeadamente, a revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP e a Identidade da CPLP no domínio da Defesa, os Exercícios Conjuntos e Combinados da Série FELINO, as conclusões do 2º Fórum da Saúde Militar, a apresentação das recomendações da IV Conferência das Marinhas e as questões relacionadas com o Centro de Análise Estratégica CAE/CPLP. Referiu-se também à assunção por Angola da direcção do CAE e à posse em Fevereiro do Tenente-General na reforma Diogo de Carvalho. Relativamente aos Exercícios da Série FELINO, apontou-os como sendo uma das actividades com maior visibilidade e projecção da componente de Defesa, preconizando que os futuros cenários de preparação de forças e meios devem estar orientados para o possível emprego das Forças Armadas em situações de crises humanitárias, catástrofes, etc., remetendo para o acordo obtido na reunião de Luanda e reflectido no projecto de Declaração que apreciaremos.

Para terminar, desejou os maiores êxitos ao novo Presidente, após o que transferiu a Presidência do Fórum dos CEMGFA/CPLP para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, General de Exército Graça Tomás Chongo.

Anexo B - Intervenção Inicial como Presidente cessante do Fórum de CEMGFA/CPLP do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da República de Angola.

O General Graça Tomás Chongo felicitou o Presidente cessante pela condução das actividades desde a reunião de CEMGFA em Luanda, e depois de renovar as saudações às delegações presentes, deu início aos trabalhos.



PONTO 1. Aprovação da Ordem de Trabalhos

A Agenda de trabalhos da Reunião foi aprovada sem alterações.

PONTO 2. Análise da situação político-militar e das questões internacionais de Defesa e Segurança com eventuais implicações para os países membros da CPLP

ANGOLA

O General Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, começou por se referir à crise económica mundial e à crise do petróleo provocada pela redução de cerca de 50% do preço do barril no mercado internacional devido aos excedentes existentes. Esta situação causa graves constrangimentos a países produtores, principalmente aqueles que, como Angola, têm no petróleo a principal fonte de receitas para o crescimento económico e social. Referiu ainda o surgimento de conflitos regionais relacionados com posicionamentos geoestratégicos e o controlo dos recursos existentes, exemplificando com o Médio Oriente, principalmente a Síria, onde o combate ao designado Estado Islâmico colocou a NATO e os Estados Unidos a par da Federação da Rússia, numa confrontação de interesses e afirmação de poderes. Mereceu ainda destaque a tensão na Península Coreana com as constantes ameaças de utilização de armas nucleares, as Primaveras Árabes, os conflitos no Iraque, na Líbia, na Síria que originaram o caos e o domínio por parte de milícias islâmicas armadas que estão na base da migração para a Europa. Demonstrou ainda grande preocupação com a ameaça terrorista na Europa, as alterações climáticas às quais se associam diversas doenças endémicas. Destaque para a situação em África, continente rico em recursos naturais mas dependente em termos económicos, e onde predomina a pobreza, a miséria, a fome, os conflitos de origem regional, tribal, religiosa, de fronteiras, riquezas e lutas de poder. No Mali assiste-se à actuação da Al Qaeda do Magrebe Islâmico, grupos terroristas na Líbia, na Nigéria, Camarões, Chade e Níger, com as acções do grupo Boko Haram, na Somália e outros países como o Quênia, Uganda e Etiópia com a Al Shabab. Conflitos como o do Sudão e do Sudão do Sul, o Leste da República Democrática do Congo tornam os Grandes Lagos a região do continente

1. ✓
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



com os conflitos mais longos e destruidores. Referiu ainda a assunção por Angola do mandato de membro não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Presidência da Conferência da Região dos Grandes Lagos, a participação em diversos exercícios militares, nomeadamente o AMANI AFRICA II, o comando da Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises - CARIC, o "Mahombekombe Zimbabwe 2015 e o "Blue -Okavango " da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Referiu a especial atenção conferida à Marinha de Guerra, à formação militar, ao desenvolvimento e consolidação do sistema de ensino, contando com o apoio de Portugal e do Brasil nessa matéria.

Anexo C - Intervenção de Angola

BRASIL

O Almirante-de-Esquadra Ademir Sobrinho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil depois de saudar todos os presentes, manifestou a sua solidariedade com Cabo Verde pela perda de vidas, desejando que se trate de uma questão pessoal e não de natureza política ou outra. Referiu-se à situação actual da complexa estrutura de poder, onde actuanes e poderosas potências procuram-se destacar, levando à busca e disputa de áreas de interesse e criação de novas alianças e compromissos. Emoldurando esse novo quadro temos as ameaças e tensões religiosas, mesmo dentro das próprias religiões, a intensificação de conflitos étnicos e raciais, o desaparecimento de lideranças que mantinham a estabilidade estatal, ainda que sob pressão, gerando o desmoronamento de estados e de autoridades legais. Considerou ainda existir a necessidade de rever conceitos e reequacionar modelos e comportamentos que melhor se adaptem às nossas realidades e interesses, sendo possível criar sinergias e modos de cooperação conjunta.

O Brasil atravessa uma séria crise política e financeira, considerando que a existência de instituições fortes e actuanes permitem encontrar caminhos e soluções dentro da legalidade democrática. Referiu-se ainda ao envolvimento das Forças Armadas na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 no Rio de Janeiro a partir do início de Agosto de 2016. Por fim, na área internacional aludiu ao empenho no Haiti desde 2004, na MINUSTAH, na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no

1. ✓
BT
D
A
5
11/11



Líbano, UNIFIL, para além de diversas iniciativas na América do Sul. De notar também os laços culturais e linguísticos que garantem o seu empenho na CPLP, para além das actividades de cooperação técnico-militar, intercâmbio entre estabelecimentos de ensino militar, os exercícios da Série FELINO e a consideração de que a CPLP se destaca como importante catalisador da cooperação no continente africano, podendo contribuir para a prevenção de conflitos e para a consolidação da paz e da estabilidade internacional, predominando sobre as disputas de poder.

Anexo D - Intervenção do Brasil

CABO VERDE

O Tenente-Coronel José António Ramos da Graça, em representação do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, agradeceu ao Almirante-de-Esquadra Ademir Sobrinho as palavras de solidariedade neste difícil momento para Cabo Verde. Depois de apresentar os cumprimentos aos presentes em nome do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, leu por instruções deste a intervenção que tinha preparado para a reunião, em que destacou alguns aspectos, entre os quais a formação ministrada a militares Cabo-Verdianos em Angola, no Brasil e em Moçambique, a formação que decorre facultada por Portugal em Cabo Verde, as diversas iniciativas e a permanência de navios portugueses naquele país. Referiu-se também à visita do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, General Pina Monteiro, do anterior Ministro da Defesa de Portugal, José Pedro Aguiar-Branco e do General Abreu Muengo Ucuatchitembo, de Angola. Aplaudiu ainda a proposta apresentada na 30ª reunião do SPAD para a análise pelo CAE das questões ligadas à Resolução nº 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre Mulheres, Paz e Segurança. Por fim, relembrou a realização do Exercício Felino 2016 na carta e a Conferência Inicial de Planeamento já ocorrida, bem como a Conferência Principal de Planeamento a realizar em Maio. Informou também da comemoração em 2017 dos 50 anos das Forças Armadas de Cabo Verde, convidando desde já os presentes a participarem no evento.

Anexo E - Intervenção de Cabo Verde



GUINÉ-BISSAU

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, Tenente-General Biaguê Na N'Tan começou por agradecer o convite a si dirigido, felicitando o General Graça Tomás Chongo pela nobre missão de presidir a este importante Fórum, e agradecendo ao General Sachipendo Nunda a sábia condução dos trabalhos durante a sua Presidência. O Tenente-General Biaguê Na N'Tan referiu-se à intensificação das ameaças na sub-região da África Ocidental, onde se insere a Guiné-Bissau, e aos casos do Burkina Faso, Costa do Marfim, Nigéria e Mali, estes últimos assolados pela ameaça à paz e estabilidade perpetrada pelos grupos Boko Haram e Tuaregues. Quanto à Guiné-Bissau, o Tenente-General informou que, apesar da instabilidade política vivida nas últimas décadas, actualmente as Forças Armadas estão distantes dos políticos, tendo ocorrido um trabalho de sensibilização com vista ao cumprimento da lei, a investimentos nos campos agrícolas e agro-pecuários das Forças Armadas, à realização de exercícios conjuntos entre as várias unidades militares e às reformas em curso no sector da Defesa. Foi enfatizado o apoio prestado e a solidariedade demonstrada à Guiné-Bissau pela CPLP, CEDEAO, União Africana, União Europeia e Nações Unidas, bem como por Portugal, Timor-Leste, Angola, Brasil, Nigéria, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial. Referiu também a Cooperação Técnico-Militar com Angola e Portugal, esta última retomada em 2015 e, que, embora provisória, deixou já marcas de consideráveis progressos. Também o Brasil formou já bastantes militares guineenses em diversos domínios e Timor-Leste tem demonstrado a sua disponibilidade para apoiar as Forças Armadas através de donativos de apoio a produção agrícola, encontrando-se em curso, com São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial, contactos para o estabelecimento de uma sólida cooperação. Apesar de decididos, as limitações económico-financeiras e logísticas com que os Guineenses se deparam, não permitem levar a cabo a fiscalização marítima de combate à pesca ilegal, ao narcotráfico, à migração clandestina, aos fundamentalistas islâmicos, bem como as precauções adequadas contra catástrofes naturais, crises humanitárias, fome, epidemias e outros fenómenos. Considerou assim indispensável uma preparação conjunta e uma resposta multilateral da CPLP a tais cenários, que devem incidir sobre a formação de pessoal e criação de meios logísticos.

Anexo F - Intervenção da Guiné-Bissau

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including a large signature and several smaller ones.



MOÇAMBIQUE

O Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, General de Exército Graça Tomás Chongo, começou por felicitar o Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, o Brigadeiro Horácio Castro da Trindade de Sousa, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe e o Tenente General Luís Diogo de Carvalho, Director do CAE/CPLP, pelas suas nomeações nos novos cargos. De seguida o General Graça Chongo partilhou os últimos desenvolvimentos sobre a situação de segurança em Moçambique e na região, referindo-se a acções armadas da RENAMO contra viaturas civis de transporte de carga e passageiros, constituindo-se como uma violação grosseira ao Memorando de Entendimento sobre a Cessação das Hostilidades Militares, assinado entre o Governo e a RENAMO a 5 Setembro de 2014. Porque o Governo de Moçambique se encontra comprometido com a manutenção e consolidação da paz e democracia no país, está em curso a preparação de um encontro entre o Presidente da República e o líder da RENAMO. O General Chongo referiu-se ainda à situação económica e social e ao abrandamento do crescimento do produto interno bruto (PIB) de Moçambique em 2015. A economia nacional ressentiu-se também das calamidades naturais - os efeitos da seca na zona sul e as cheias a norte, sendo que Moçambique considera prioritário o sector social e aposta na melhoria de indicadores como: o acesso à saúde, a escola, a nutrição, e o saneamento básico. Em termos externos, referiu a situação no Leste da República Democrática do Congo e a estabilidade alcançada no Reino do Lesoto. Destaque também para a segurança marítima e actividades ligadas ao tráfico humano e de armas e à pirataria. Outro aspecto problemático da região é o fenómeno da caça furtiva o qual tem sido combatido em conjunto com os Estados membros da região. Em termos internacionais referiu os conflitos no Afeganistão, Iraque, Israel/Palestina, Ucrânia, Síria e Iémen, o terrorismo internacional e incidentes como os ocorridos nos Camarões, Egipto, França, Líbia, Mali, Níger, Nigéria, Somália, Tunísia, Bélgica, Costa de Marfim e Paquistão, os grupos radicais como o Estado Islâmico na Síria, Iraque e partes da Líbia, a Al Qaeda no Magreb, no Norte do Mali, a Al Shabaab na Somália e o Boko Haram no Norte da Nigéria, a par dos fluxos de imigração a que se assiste principalmente para a Europa. Em relação às actividades desenvolvidas pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique prossegue a formação e treino assegurados pelas instituições de ensino militar e nos

1.
H
H
H



países parceiros da cooperação militar, destacando a República de Angola, a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.

Anexo G - Intervenção de Moçambique

PORTUGAL

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, General Artur Pina Monteiro, começou por concordar com as intervenções anteriores dos seus homólogos, fazendo posteriormente referência à crise política, económica e financeira que se vive ao nível internacional, à dependência dos recursos energéticos e ao baixo preço do petróleo, aspectos fundamentais para os países que deles dependem. Numa perspectiva de reajustamento do equilíbrio de poderes nas relações internacionais, o General Pina Monteiro referiu que na Europa, a crise de segurança está orientada a Leste, pela pressão geopolítica da Rússia, e a Sul pelo terrorismo transnacional e a crise no Médio Oriente. No caso de Portugal, referiu ainda que, apesar das mudanças verificadas recentemente decorrentes das eleições legislativas e presidenciais, o compromisso com a CPLP mantém-se ou será mesmo reforçado, considerando que esta reunião é fundamental para a concretização do diálogo e cooperação ao nível militar. Apresentou de seguida o empenhamento das Forças Armadas portuguesas nos diversos Teatros de Operações, destacando a EUTM Mali e a MINUSMA, EUTM Somália, a República Centro Africana- MINUSCA, a EUNAVFOR MED - Sophia, Air Policing nos Bálticos, KFOR no Kosovo, Afeganistão e Iraque. Acrescentou ainda a participação nos exercícios militares da NATO e nos Exercícios da série Express, com parceiros africanos no Golfo da Guiné. Encontram-se actualmente em missão um total de 1050 militares, aos quais se acrescentam 94 em acções de Cooperação Técnico-Militar. Referiu ainda o Exercício Felino 2015 em Portugal como sendo uma expressão concreta da cooperação militar, a qual pode e deve evoluir também para o apoio humanitário e em situação de catástrofes.

Anexo H - Intervenção de Portugal

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, **Brigadeiro-General Horácio Sousa**, invocou os laços de cultura e história comum que nos unem, referindo-se à situação pacífica em São Tomé e Príncipe, a qual, não obstante ser uma democracia recente e em consolidação, tem sido possível observar a alternância de poder. Continua a existir grande empenho na melhoria das condições de vida e no combate à fome e à pobreza. Em final de Julho realizar-se-ão eleições presidenciais. Apostam em potenciar a segurança marítima e a Guarda Costeira, com a realização de exercícios militares de treino de combate ao crime no mar, a par da formação e qualificação de quadros em países amigos. Não obstante os desafios colocados a São Tomé e Príncipe, encontram-se fortemente comprometidos no desenvolvimento dos laços de amizade com a CPLP, sendo com grande satisfação que elabora o seu contributo para os trabalhos a apresentar aos MDN, dando corpo à componente de Defesa da CPLP.

Anexo I - Intervenção de São Tomé e Príncipe

TIMOR-LESTE

O Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste, o Major-General Lere Anan Timur, agradeceu o convite que lhe foi dirigido para participar na reunião, aproveitando para agradecer ao povo moçambicano o acolhimento dado a líderes como Mari Alkatiri, Roque Rodrigues ou Luís Guterres, durante os 24 anos de luta pela independência. O jovem país Timor-Leste enfrenta problemas com a Austrália na questão das fronteiras marítimas, já que aquele país não reconhece a sua integral soberania. A situação foi colocada às Nações Unidas para que supervisionem o processo de diálogo e negociação. Com a Indonésia as fronteiras terrestres encontram-se já resolvidas. O Major-General Lere referiu também a sua preocupação com a questão da língua portuguesa. Apesar de ser a língua oficial de Timor-Leste, apenas uma minoria a fala. Pretendem continuar a obter o apoio de Portugal e do Brasil para sair deste impasse. Inclusivamente referiu o desânimo sentido pelos estudantes face ao insucesso verificado na formação em Portugal. Em Timor-Leste, embora a situação esteja estável ao nível político-militar, é possível apercebermo-nos do crime organizado, droga, pesca ilegal e terrorismo. Considera que Timor-Leste não é alvo preferencial, mas a sua fragilidade facilita as situações (referiu a pesca ilegal perpetrada pela Indonésia,

1.

BR

BR

BR

10

BR

BR



Tailândia e Malásia). As Forças Armadas de Timor-Leste vão-se desenvolvendo com o apoio de doadores como a Austrália, Estados Unidos, Brasil e Portugal, conferindo prioridade na capacitação de recursos humanos e na profissionalização dos militares.

Elogiou a aprendizagem obtida nos Exercícios Felino, reiterou as datas para a realização da reunião de Ministros da Defesa Nacional, em Díli (17 a 19 de Maio de 2016) e manifestou o seu interesse em conhecer os contornos da proposta do Colégio de Defesa da CPLP.

Apelou por fim a que Moçambique possa encontrar uma via de diálogo para solucionar o conflito com a Renamo, apontando o exemplo de Timor-Leste com a Indonésia.

Anexo J - Intervenção de Timor-Leste

PONTO 3. Resposta Multilateral da CPLP a Cenários de Catástrofe e Crise Humanitária

Este ponto foi apresentado pela representante do SPAD. Esta questão decorre da 17ª reunião de CEMGFA, de 2015, em Luanda, na qual foi proposta uma reflexão sobre a criação, ao nível político, de mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes naturais ocorridas em Estados membros, para que o apoio aos países parceiros não ficasse apenas dependente de iniciativas bilaterais.

O assunto foi retomado na reunião de DPDN em São Tomé e Príncipe (25MAI2015) pelas delegações de Angola e do Brasil que salientaram estas recomendações dos CEMGFA, tendo na reunião extraordinária de DPDN/CPLP realizada em Lisboa (17SET2015) sido analisada a proposta de Declaração Ministerial em apreço, que confere mandato aos Directores de Política de Defesa Nacional da CPLP (DPDN/CPLP) para coordenar o processo conducente à elaboração de um documento que estabeleça os princípios gerais e orientações para uma resposta no quadro da CPLP a catástrofes e a crises humanitárias, a ser posteriormente encaminhada para apreciação pelos restantes órgãos da Componente de Defesa.

Considerando a imperatividade da apreciação pela Vertente Militar, uma vez que a matéria em causa se refere à utilização combinada de recursos militares dos Estados Membros, deu-se início ao debate. O Brasil referiu-se à dispersão geográfica dos Estados membros da CPLP que coloca dificuldades em termos de disponibilidade de meios e

11



oportunidade de tempo na prestação da ajuda. Apelou a que a realização de exercícios poderá ser a via para aperfeiçoar as estruturas dos Estados-Membros para controlar e coordenar estas acções.

Portugal por outro lado considera que esta matéria é de imensa actualidade e que ocorre a par das alterações climáticas e de outras incluindo as causadas pela acção do Homem. Tanto a NATO como a UE dispõem de sistemas de apoio mútuo. Considera não ser fácil na CPLP uma solução conjunta, mas entende existir espaço para avançar, apontando a imprescindível avaliação pelos Chefes de Estado-Maior dos países da CPLP. As delegações de Moçambique e Angola referiram a importância do apoio médico e a contribuição que a saúde militar pode dar, considerando que de situações de emergência seguem-se normalmente doenças e extrema necessidade de apoio médico. O Brasil referiu-se também à experiência obtida em termos de Planeamento em apoio à defesa civil, exemplificando com o trabalho realizado com a seca ocorrida no Nordeste do país. Foi decidida a alteração ao texto da Declaração no sentido de que o mandato a conferir aos Directores de Política seja de coordenação do processo conducente à elaboração do documento que estabeleça os princípios gerais e as orientações de base. Só após essa validação política, a vertente militar avaliará da possibilidade da criação de tais mecanismos. Decidiu-se também, com base numa sugestão apresentada por Cabo Verde, que o texto apenas faria referência a catástrofes e não a desastres naturais, uma vez que aquele conceito é mais abrangente que este, permite englobar situações de emergência de origem natural, tecnológica ou humana. A proposta consensual está em condições de ser submetida à apreciação e aprovação dos MDN.

ANEXO K - Proposta de Declaração dos Ministros da Defesa sobre a resposta da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a catástrofes

PONTO 4. Colégio de Defesa da CPLP

Este ponto foi apresentado pelo Coronel Cristovão Chume, Director Nacional de Política de Defesa da República de Moçambique, que referiu ser uma ideia conjunta de Moçambique e Portugal.

O Coronel Chume ressaltou que esta proposta consiste na criação de um fórum privilegiado de troca de ideias e conhecimentos. Na apresentação feita, afirmou a

✓
M
d
12
Homena



necessidade de aprofundamento do conceito, uma vez que a ideia seja aprovada pelos MDN e mandatado o SPAD nesse sentido.

O Coronel Chume referiu alguns dos objectivos no sentido de potenciar a cultura de Defesa entre os Estados Membros da CPLP, da promoção da cooperação, da capacitação de oficiais das Forças Armadas, das forças de segurança e de técnicos superiores dos Estados Membros da CPLP, através, nomeadamente, da oferta de cursos de qualificação, formação específica e actualização de conhecimentos, bem como tirocínios ou estágios no âmbito da Componente de Defesa da CPLP.

Durante o debate o Brasil referiu-se à realização de sessões em videoconferência. Portugal disponibilizou-se, através do Instituto de Defesa Nacional e do Instituto Universitário Militar, para contribuir para esta actividade, sugerindo que a eventual resposta a catástrofes seja estudada nesse fórum.

Não obstante considerarem que esta ideia necessita ser aprofundada e maturada, os Chefes de Estado-Maior da CPLP aprovaram os Termos de Referência apresentados, recomendando o seu encaminhamento para apreciação dos Ministros da Defesa da CPLP, na reunião de Maio em Díli.

ANEXO L - Termos de Referência para o Colégio de Defesa da CPLP

PONTO 5. Revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

Este ponto foi apresentado pela representante do SPAD com um breve enquadramento inicial. Esta revisão do Protocolo assenta nos desenvolvimentos verificados na dinâmica da componente de Defesa, nomeadamente na criação de novos fóruns e iniciativas e no aprofundamento das acções na área da Defesa. Depois de um longo percurso e aturadas discussões, foi possível alcançar consenso no texto em apreço, o qual integrou no preâmbulo as sugestões apresentadas pelo Brasil, sem no entanto se efectivarem alterações ao preâmbulo do Protocolo original. Foi também prestada informação relativa ao parecer jurídico solicitado pelo SPAD ao Secretariado Executivo da CPLP no sentido de aferir da possibilidade de rever um documento que ainda não está em vigor e quais os procedimentos de adesão ao Protocolo por parte da Guiné Equatorial, no contexto da sua subscrição aos Estatutos da CPLP.



Os CEMGFA validaram o texto consensual apresentado no documento de revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, recomendando o seu encaminhamento para apreciação dos MDN, com a ressalva dos pareceres jurídicos que se aguardam do Secretariado Executivo da CPLP.

ANEXO M - Protocolo que altera o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no domínio da Defesa

PONTO 6. Exercícios da série FELINO

a. Resultados obtidos no Exercício FELINO 2015, realizado no formato de Forças no Terreno (FT) em Portugal

A delegação portuguesa apresentou o exercício FELINO 2015, que se realizou em Portugal (região de Aveiro) de 9 a 18 de Setembro de 2015, no formato de “Forças no Terreno”.

O exercício de natureza conjunta e combinada baseou-se na cartografia real de Portugal Continental, simulando países fictícios situados na costa ocidental africana. Foram apresentadas as conclusões e lições aprendidas do exercício FELINO 2015, sendo colocadas para apreciação dos CEMGFA:

- A aprovação da proposta de alteração às Normas para a realização de Exercícios Militares da CPLP, apresentada na XVI Reunião de CEMGFA da CPLP;

- A criação de um Grupo de trabalho com a missão de continuar a rever e actualizar as Normas para a realização de Exercícios Militares da CPLP, que inclua as recomendações apresentadas e outras lições que venham a ser identificadas nos Exercícios FELINO16 e FELINO17. Estas Normas actualizadas deverão ser testadas no ciclo de exercícios 2018 - 2019.

Foi referida ainda a conveniência da adopção da doutrina da ONU pela CPLP para os exercícios de operações de apoio à paz, como medida de reforço da interoperabilidade doutrinária dos Estados-Membros.

Os CEMGFA manifestaram concordância com as propostas, destacando a aprendizagem obtida com os exercícios. Assim consideram aprovadas as conclusões e recomendações do exercício FELINO 2015 apresentadas por Portugal.

14



ANEXO N - Apresentação das conclusões e lições do Exercício Felino 2015

ANEXO O - Normas para a realização de exercícios Militares da CPLP

b. Ponto de situação relativo ao Exercício FELINO 2016 em formato de Exercício na Carta (EC) a realizar em Cabo Verde

A delegação do Brasil fez uma breve apresentação do ciclo 2016-17 do exercício, cuja versão de “Forças no Terreno” (FT) decorrerá naquele país.

A delegação de Cabo Verde apresentou também o calendário do FELINO 2016, que decorrerá no formato de “Exercício na Carta” (EC).

Informou que a Conferência Principal de Planeamento irá ocorrer de 25 a 27 de Maio, no mesmo local, e a Conferência Final no período de 20 a 24 de Junho. A fase de execução decorrerá entre 12 e 23 de Setembro, na cidade da Praia, estando o Dia dos Visitantes Ilustres (DVI) marcado para dia 22 de Setembro.

ANEXO P - Apresentação do ciclo 2016-17 do exercício “Forças no Terreno” no Brasil

c. Calendarização dos Exercícios FELINO

O Presidente do Fórum considerou que a adequada realização dos Exercícios Felino implica a sua preparação antecipada, pelo que:

- 2017 - Confirmou a realização do Exercício no Brasil no formato Forças no Terreno (FT);

- 2018 - A realização em São Tomé e Príncipe no formato “Exercício na Carta” (EC);

- 2019 - A realização em Angola no formato FT;

- 2020 - A realização na Guiné-Bissau no formato EC;

- 2021 - A realização em Portugal no formato FT.

Os CEMGFA concordaram com a calendarização proposta.



PONTO 7. Apreciação dos documentos a aprovar na XVII reunião de Ministros da Defesa

Depois dos agradecimentos às felicitações que lhe foram dirigidas, o Tenente-General Luís Diogo de Carvalho passou à apresentação das Deliberações da V Reunião do Conselho Consultivo do CAE, incorporadas no Relatório anual das actividades e de contas do CAE/CPLP relativo a 2015, o Plano de reajustamento de actividades do CAE relativo a 2016 e o Plano de actividades e orçamento de suporte do CAE relativo a 2017.

Os CEMGFA apreciaram positivamente os documentos acima referidos, os quais serão remetidos para aprovação em sede da XVII reunião de Ministros da Defesa da CPLP, a decorrer em maio em Timor-Leste.

e- Regulamento do CAE

Este Regulamento foi pré-aprovado na reunião de MDN da CPLP em Maio de 2013, ficando pendente da aprovação dos novos Estatutos, o que ocorreu na reunião de MDN de Maio de 2015. Na 30ª reunião do SPAD, as delegações presentes propuseram a verificação pelo CAE tendo em vista a sua harmonização com a versão final do Estatuto aprovado em 2015 antes da reunião de CEMGFA/CPLP.

Foi decidido que face a dúvidas ainda sentidas por algumas delegações, que os Estados membros enviarão ao CAE até ao dia 10 de Maio de 2016, os seus contributos no sentido da harmonização dos dois documentos, o Regulamento em apreço e o estatuto aprovado em 2015, com vista à sua apresentação em sede de reunião de Ministros da Defesa da CPLP.

ANEXO Q - Regulamento do CAE/CPLP

f. Conclusões do 3º Fórum da Saúde Militar

Este ponto foi apresentado pela representante do Núcleo Permanente do SPAD.

A 3ª reunião do Fórum de Saúde Militar decorreu no Ministério da Defesa Nacional de Portugal a 7 de março de 2016, destacando-se a discussão dos seguintes pontos:

- Proposta de Portugal para criação de um “Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar”;



- Disponibilização por Portugal de acção de formação: “Sistema para o Tratamento das Doenças Aditivas nas Forças Armadas”;
- Apresentação pelo Brasil do projecto de criação de Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas do Brasil que visa a “capacitação e treinamento conjunto/interagências” de profissionais de saúde para o atendimento pré-hospitalar de feridos em combate ou vítimas de desastres naturais ou antropogénicos com múltiplas vítimas;
- Disponibilização pelo Brasil de um Curso de Resposta Médica em Desastres Naturais e Antropogénicos no Ministério da Defesa, ministrado no âmbito do acima referido Centro
- Proposta de Regimento Interno do FSM/CPLP;
- Proposta de Estratégia para a Saúde Militar da CPLP

Submeteu-se à apreciação dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas a adopção como documentos de trabalho para o período 2016-2017:

. Propostas de “Regimento Interno do FSM/CPLP” e de “Estratégia da Saúde Militar da CPLP” cabendo ao FSM apresentar, para aprovação superior, as versões finais destes documentos;

. “Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar;

. Ações de formação apresentadas pelo Brasil e por Portugal, no âmbito do “Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar”.

Os CEMGFA concordaram com os documentos apresentados, recomendando o seu encaminhamento para aprovação em reunião de Ministros da Defesa.

ANEXO R - Conclusões do III Fórum de Saúde Militar

g. Conclusões do 17º Encontro de Saúde Militar

Este ponto foi apresentado pelo Coronel Miguel Gaspar, da Delegação angolana. Os CEMGFA aprovaram o relatório e as conclusões do 17º Encontro de Saúde Militar e apreciaram favoravelmente o Plano de Acção da Presidência Angolana para o biénio

17



2016-2017 e a Metodologia de Preparação e Elaboração de Documentos de Orientação Estratégica da Saúde Militar da CPLP.

ANEXO 5 - Conclusões do 17º Encontro de Saúde Militar

h. Sugestões de assuntos para inclusão na agenda da reunião de MDN/CPLP

Verificou-se apenas um ajustamento à redacção do Ponto 5.

PONTO 9. Diversos

Nada a referir

PONTO 10. Próxima reunião de CEMGFA/CPLP

De acordo com a solicitação de Cabo Verde, Portugal irá aferir da possibilidade em acolher em 2017 a 19ª reunião de CEMGFA, seguindo-se a realização no Brasil em 2018 e em Cabo Verde em 2019.

Encerramento

O General de Exército Graça Tomás Chongo, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, deu por encerrada a 18ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP tendo agradecido a colaboração dos Chefes de Estado-Maior e do representante do Chefe do Estado-Maior de Cabo Verde.

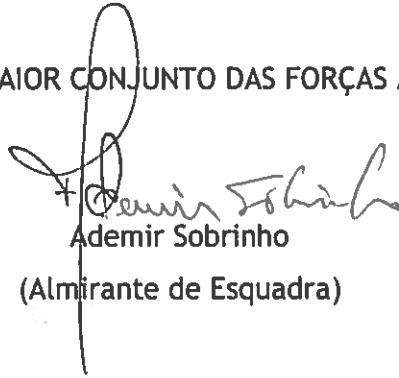
Maputo, 28 de Abril de 2016

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

Geraldo Sachipengo Nunda
Geraldo Sachipengo Nunda
(General de Exército)

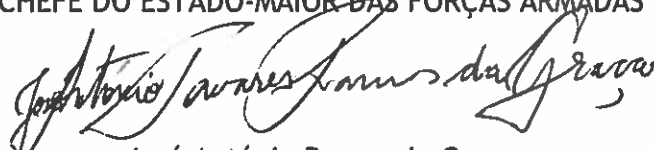


O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL



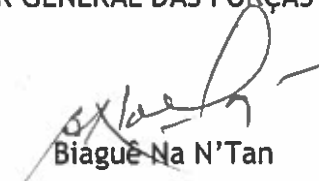
Ademir Sobrinho
(Almirante de Esquadra)

O REPRESENTANTE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE



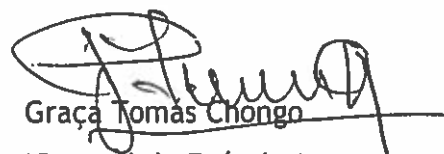
José António Ramos da Graça
(Tenente-Coronel)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ-BISSAU



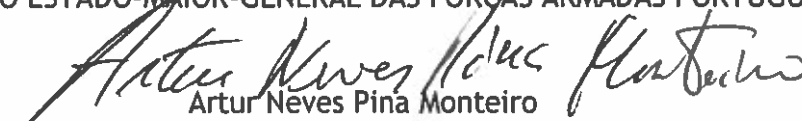
Biaguê Na N'Tan
(Tenente-General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE



Graça Tomás Chongo
(General de Exército)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS



Artur Neves Pina Monteiro
(General)



O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Horácio Sousa

(Brigadeiro-General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE TIMOR-LESTE

Lere Anan Timur

(Major-General)



ANEXOS

- A. Anexo A - Discurso de abertura do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
- B. Anexo B - Intervenção Inicial como Presidente cessante do Fórum de CEMGFA/CPLP do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da República de Angola.
- C. Intervenção de Angola
- D. Intervenção do Brasil
- E. Intervenção de Cabo Verde
- F. Intervenção da Guiné-Bissau
- G. Intervenção de Moçambique
- H. Intervenção de Portugal
- I. Intervenção de São Tomé e Príncipe
- J. Intervenção de Timor-Leste
- K. Proposta de Declaração dos Ministros da Defesa sobre a resposta da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a catástrofes
- L. Termos de Referência para o Colégio de Defesa da CPLP
- M. Protocolo que altera o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no domínio da Defesa
- N. Apresentação das conclusões e lições do Exercício Felino 2015
- O. Normas para a realização de exercícios Militares da CPLP
- P. Apresentação do ciclo 2016-17 do exercício “Forças no Terreno” no Brasil
- Q. Regulamento do CAE/CPLP
- R. Relatório Final III FSM CPLP
- S. XVII Encontro de Saúde Militar